

Um objecto em vias de extinção. O resgate teórico-etnográfico da cultura e do trajecto sócio-histórico do operariado agrícola alentejano (1926-1974)

João Valente Aguiar*

Resumo

Será possível a uma perspectiva sociológica resgatar, analítica e empiricamente, um objecto de estudo quase desaparecido? Tentamos responder a este desafio tendo como base uma aproximação etnográfica a um objecto de estudo relativamente desconhecido: os trabalhadores assalariados rurais do Alentejo. Agregando dados qualitativos assentes na análise de conteúdo de poemas e canções populares da região e em testemunhos de antigos operários agrícolas, (re)construiu-se uma trajectória das mobilizações históricas no Alentejo durante a ditadura do Estado Novo (1926-1974). O nosso propósito central passou por dar conta da interacção entre a esfera cultural, atendendo aos seus dispositivos simbólicos e ideológicos, e o processo de organização e mobilização da referida classe social.

Palavras-chave: Cultura popular. Classe trabalhadora. Etnografia

Introdução

Michael Burawoy afirmou num ensaio que já se tornou clássico, «porque os operários trabalham tão duramente?» (Burawoy, 1982, p.xi). Para o autor, a construção do consentimento constitui o foco central da sua análise. Num direccionamento alternativo, o nosso ponto de partida para a investigação aqui exposta poder-se-ia expressar na questão: “porque em determinadas condições se mobilizam os trabalhadores?”. No fundo, procurou-se aquilatar de que modo se pode operar a acção social junto de classes sociais desfavorecidas em determinados contextos históricos. Com efeito, num plano de menor abstracção

* Investigador do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

analítica, a nossa investigação surgiu orientada para a prossecução de um objectivo central: indagar da forma como a cultura popular produzida pelo operariado agrícola alentejano contribuiu para a mobilização social e política dessa classe social durante o Estado Novo. Nesse sentido, interessou-nos interrogar o social a partir de uma perspectiva sociológica que incluisse uma veia temporal. O nosso propósito de investigação aqui exposto versou a integração de conceitos que remontam a dimensões predominantemente simbólicas – a cultura popular – com conceitos que substantivem uma aproximação mais histórica – a formação da classe trabalhadora.

A este propósito, definimos cultura popular a partir de proposições que contemplem, num primeiro momento, a geração e produção de cultura, isto é, de objectos materiais, mas também de sentidos, de representações, de valores, de redes de sociabilidade e de interacções individuais e grupais pelos trabalhadores. Adicionalmente, a conceptualização da cultura popular, sobretudo em referência à subjectividade operária, implica compreender que a sua presença na sociedade é *variável*, consoante o grau de contradições e de correlação de forças das classes dominadas no campo mais vasto das classes sociais. Finalmente, a cultura popular (e) operária é igualmente *variável* no espaço que ocupa no campo cultural de acordo com a maior ou menor penetração da cultura e das ideologias de outras classes, bem como do intercâmbio e influências estéticas que se estabelecem entre si.

Num outro plano evocamos o conceito de formação da classe trabalhadora. Edward Thompson definiu a formação da classe trabalhadora como um conjunto de dinâmicas intrínsecas à classe social, «um processo activo que deve tanto à agência como ao condicionamento» (Thompson, 1991, p.8). Basicamente, Thompson trabalha a relação dialéctica entre capacidade – histórica e contextualmente variável – de organização própria e por iniciativa da classe e os freios ao desenvolvimento da auto-organização da classe colocados pelas estruturas sociais (Estado, mercado, ideologias) e pela classe dominante. Assim, a classe não é em Thompson uma estrutura mas um processo, melhor dizendo, um conjunto articulado de práticas colectivas. Conjunto de práticas dotado de historicidade. Isto é, uma mesma classe social é passível de adoptar diferentes comportamentos e acções colectivas ao longo da sua existência. De referir que cada classe tem sempre uma margem mínima e máxima para a produção e efectivação de práticas próprias – culturais e políticas – e que estas podem fornecer ou receber elementos de práticas de outras classes. Por conseguinte, a «classe entende-se como um fenómeno histórico unificando um número de eventos aparentemente desconexos, tanto na matéria bruta da experiência como na consciência. Enfatize-se que este é um fenómeno *histórico*. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que acontece na realidade (e que pode ser mostrado como aconteceu de facto) das relações humanas» (idem).

No fundo, dois eixos conceptuais que pretenderam captar não apenas um fragmento da cultura popular alentejana ou o trajecto sócio-histórico dos assalariados agrícolas daquela região, mas a sua inter-relação. O enfoque nesta inter-relação teórica repercute-se num percurso metodológico específico. Por outras palavras, derivada da necessidade de aprofundar a imbricação entre duas dimensões – uma de ordem simbólica, outra incrustada ao nível de uma projecção sócio-histórica – a metodologia accionada passou pela combinação de uma abordagem etnográfica com uma aproximação sociológica a um percurso histórico específico. De facto, a perspectiva etnográfica registou níveis mais proficuos na medida em que se inseriram os produtos culturais alvo de estudo dessa abordagem num segmento espaço-temporal mais amplo e circunstanciado. Por outro lado, a relação histórica da acção social colectiva do operariado agrícola alentejano com a esfera da cultura não é independente de um posicionamento que materialize a dinâmica histórica em torno dos contextos sociabilitários de produção simbólica dessa população. De seguida, expomos os contornos do percurso metodológico accionado. Nas secções 2 a 4 embrenhamos a nossa pesquisa em termos dos significados e eixos simbólicos, políticos e históricos que permearam aquela classe social.

1. O mapeamento metodológico da pesquisa de terreno

Para a fecundidade de um trabalho de investigação sociológica afirma-se pertinente «conjugar e fazer coexistir a linguagem da experiência, de estar e pensar no trabalho de campo, com a linguagem da teoria, que permite objectivar e racionalizar o que ocorreu» (Caria, 2002, p.10). Como mediador das duas linguagens – empírica e teórica – a metodologia protagoniza uma «construção estratégica» (idem, p.9), uma ponte entre os dois tabuleiros. Segundo Madureira Pinto e João Ferreira de Almeida, é inquestionável a existência de uma reciprocidade entre teoria e empiria:

«sendo, pois, a investigação empírica largamente tributária da teoria, já se vê que a progressão na produção de conhecimentos concretos se terá de fazer, em larga medida, na dependência e do ritmo e natureza da análise propriamente teórica. O que não significa que a pesquisa empírica esteja impedida de exercer, ela própria, uma influência marcante sobre a teoria que comanda os seus momentos fundamentais» (Pinto e Almeida, 1995, p.124).

No fundo, para um mergulho consequente nas profundezas do real-social é absolutamente necessário estabelecer e definir uma «estratégia integrada de pesquisa» (Costa, 2001, p.129) que «organize criticamente as práticas de investigação» (Pinto e Almeida, 1995, p.80).

No nosso trabalho de investigação – que poderíamos incluir no rol de estudos centrados numa pesquisa de terreno com características etnográficas – procurou-se cumprir a sugestão de Firmino da Costa: a necessidade de «uma

presença prolongada do investigador nos contextos sociais em estudo e contacto directo com as pessoas e as situações» (Costa, 2001, p.129). Nesse sentido, uma presença relativamente longa no terreno (cerca de quase três meses num total de dez) veio acompanhada de um mapeamento metodológico que orientasse e organizasse, nunca rigidamente, o trabalho de campo. No fundo, a assunção e enunciação de princípios metodológicos que se coadunassem com os objectivos da investigação andou de braço dado com uma «atitude sociológica» que «foi sempre a de expectativa, a de abertura preponderantemente receptiva» (Pais, 2000, p.13).

Por conseguinte, a nossa abordagem de cariz etnográfico – mais no que toca ao processo de recolha e tratamento da informação do que propriamente na construção teórica prévia – procurou corresponder a uma

«análise centrada na construção social do quotidiano, partilhado em rotinas de acção e negociado em consensos e conflitos sobre regras de significação e de uso legítimo dos recursos, e não em qualquer visão “essencialista” e/ou exótica da cultura local» (Caria, 2002, p.14).

O mesmo consiste em afirmar que o processo de organização da investigação não se baseou na construção de um objecto de estudo singularíssimo ou portador de qualquer missão histórica definida de antemão, mas que as “conclusões” alcançadas decorrem da dinâmica descortinada no decurso do próprio processo de investigação. Em termos práticos, a articulação entre teoria geral de partida e mergulho etnográfico no terreno não funcionou somente como um exercício de ligação entre os níveis macro e micro da realidade social. Nos marcos da *grounded-theory*, o método etnográfico revelou-se fundamental como alavanca estratégica capaz de respaldar os dados empíricos num quadro teórico final, o que Seale define como «generalização teórica» (Seale, 2000, p.109).

Consequentemente, reforce-se a relevância dos procedimentos etnográficos de pesquisa para, por um lado, colher os elementos de ordem subjectiva e simbólica existentes no solo da realidade social e, por outro lado, os poder enquadrar em termos mais genéricos num quadro teórico mais abstracto. Recorremos, portanto, à etnografia num âmbito inverso ao sentido singularizante dado por Geertz aos estudos qualitativos de tipo etnográfico. Para este autor «qualquer proposta de teoria geral a respeito de qualquer coisa social soa cada vez mais vazia» (Geertz, 1999, p.10), reforçando a ideia de que o pensamento sociológico é sempre local. Não se contesta a contextualização imanente à produção do conhecimento em Ciências Sociais nem se busca, muito menos, a construção de uma teoria acabada e final sobre uma qualquer dimensão do real-social. Na verdade, a construção de princípios teóricos gerais – conceitos, conjuntos de conceitos e hipóteses – não é, do nosso ponto de vista, um exercício antagónico com o municiar de procedimentos qualitativos e etnográficos. Ao mesmo tempo, não procuramos generalizar precipitadamente conclusões de um caso específico vivido pelo

operariado agrícola alentejano entre 1926 e 1974 mas, contrariamente, empreender uma tentativa de discernir até que ponto a originalidade de cada acontecimento social comporta traços estruturantes e passíveis de ocorrerem (em termos de possibilidades/probabilidades históricas) noutros contextos.

Para a robustez do mapa metodológico de orientação da pesquisa empírica abraçou-se uma postura de constante reflexividade sobre as relações sociais de observação, ou nas palavras de Telmo Caria, «as condições sociais da observação/inquirição do social» (Caria, 2002, p.11). Considerando-se que a produção teórica é necessariamente influenciada pela perspectiva adoptada, a problematização teórica e metodológica da localização do investigador num determinado ponto de vista (analítico e no terreno) é impreterível para a solidez do estudo sociológico. Ao investigador no terreno não lhe basta apenas a reflexividade de forma a controlar os seus procedimentos e a orientar a sua trajectória de investigação. Importa igualmente que, entre outros domínios e competências, o investigador seja capaz de, mantendo o devido distanciamento metodológico, adequar a sua linguagem (verbal e não-verbal) ao público em estudo. Daí que a informalidade

«que supõe um processo de ajustamento recíproco, permita que, aos efeitos inerentes à presença do investigador no terreno e à interacção deste com as pessoas, não se venha juntar uma maior rigidificação dos papéis recíprocos do observador e do observado e uma maior rigidificação das categorias que organizam o processo de interacção verbal» (Costa, 2001, p.138).

Por esta via, o investigador não apenas se aproxima mais estreitamente do seu objecto empírico de estudo como, simultaneamente, pode experienciar, sob condições de profundo controlo e vigilância epistemológica, ética e metodológica, determinadas (micro)vivências dos agentes sociais. Assim, a presença prolongada no terreno, a multiplicidade de dimensões analisadas do real e o confronto sistemático entre o seu *habitus* e o universo dos *habitus* dos agentes estudados funcionam como meios que permitem conferir objectividade à investigação. Ou seja, recolha e tratamento de dados levados a cabo com instrumentos técnicos e metodológicos controlados de forma sistemática, tendo em mente o princípio basilar do «conhecimento das condições de conhecimento» (Bourdieu, 1980, p.7).

Tendo optado por um estudo orientado para a captação da subjectividade operária, é natural que a escolha da(s) metodologia(s) procure cumprir tal desígnio. Nesse sentido, a metodologia qualitativa surgiu como a mais adequada para indagar dos significados e percepções que os trabalhadores extraem e manifestam a partir do seu envolvimento com as condições culturais (e extraculturais) de existência. Na prática, a maior preponderância da metodologia qualitativa prendeu-se com o facto de que

«ao intertarmos a reconstrução das culturas operárias, somos obrigados a prestar a devida atenção aos modos de ver e aos modos de ser, sendo que as investigações sociológicas quantitativas baseadas em questionários fechados e na compilação de estatísticas são de importante mas limitada valia na reconstrução das estruturas de ver e sentir» (Kirk, 2004, p.51).

Por conseguinte, o estabelecimento de uma metodologia de maior pendor qualitativo assumiu uma importância capital no nosso trabalho. Acentue-se a necessidade de integrar técnicas robustas – sobretudo, mas nunca apenas, técnicas que apelem à auto-expressividade do sujeito (entrevistas não-estruturadas e semi-estruturadas; análise de conteúdo; observação directa; histórias de vida; fotografia social) – e numa abordagem plural e intensiva das mesmas. Tal propósito enquadrou a utilização de técnicas como a análise de conteúdo, histórias de vida, entrevistas semi-estruturadas e não-estruturadas, bem como a recolha e análise documental e o uso da fotografia social. Cada uma das técnicas procurou registar diferentes facetas do polígono social complexo que abarca os fenómenos relacionados com a formação da classe trabalhadora e o papel da subjectividade e da cultura nesse processo.

Por tudo o que tem sido enunciado, é razoável admitir este trabalho metodológico do pesquisador qualitativo se assemelha a um *bricoleur*, a uma «construção emergente» (Denzin, 1998, p.3). A capacidade que a metodologia qualitativa tem para resgatar «os momentos e os sentidos dos indivíduos» (idem) inclui uma combinação de dimensões com diferente estatuto gnoseológico. Por um lado, temos, assim, a “voz” e a vivência do agente social como ele próprio a interpreta. Por outro lado, ocorre um exercício interpretativo do investigador que, sem adular a subjectividade do sujeito, produz uma reflexão compreensiva sobre a reflexão actuante do agente social. Tal facto implica apreender a investigação qualitativa como um local de «múltiplos métodos e práticas de pesquisa» (idem, p.5). Denota-se, portanto, um enraizamento das técnicas de tonalidade interpretativa num trajecto de investigação bi-direccional entre teoria e empiria.

Este movimento entre empiria e teoria convoca uma comunicação mais estreita entre processo real e processo de conhecimento. Destaque-se que isso não significa necessariamente a subversão completa da função de comando da teoria. Pelo contrário, trata-se de recusar as visões que tendem a fechar a teoria em si mesma, reduzindo a problematização sociológica a uma especulação escolástica. Na verdade, a teoria continua a ser o ponto de chegada de uma qualquer investigação sociológica. Ou seja, o maior vaivém entre teoria e empiria não é um fim, mas actua e interage como mola propulsora do incremento da qualidade heurística e afinamento dos quadros teóricos existentes. É neste âmbito que a supramencionada *grounded theory* aponta. Esta consiste no processo de «gerar teoria e a descoberta sistemática de teoria a partir dos dados recolhidos na investigação social» (Glaser e Strauss, 1997, p.3). Por outras palavras, trata-

-se de considerar que a adequação da teoria não está «divorciada do processo em que foi gerada» (idem, p.5). Nesse sentido, o investigador etnográfico não só se municia com um quadro teórico de partida, como, com o decurso da investigação, os dados empíricos permitem forjar novos eixos de fundamentação teórica, complementando e refinando a análise. De facto, a um arsenal teórico de partida – ancorado nos conceitos de cultura popular e de formação da classe trabalhadora procurou-se complementar a análise através da canalização de elementos e dados recolhidos no terreno, num confronto entre elaboração teórica e indagação empírica que se procurou ser fecundo.

Sublinhe-se ainda que um veio metodológico de forte inspiração etnográfica – procedimento essencial para captar material empírico da subjectividade operária alentejana como o canto popular dessa região (secção 2) ou testemunhos de agentes sociais que vivenciaram experiências naquele contexto (secção 3) – coexiste com uma abordagem de teor histórico com o propósito de inserir domínios da cultura operária num horizonte temporal mais vasto e potenciador de um enquadramento mutuamente causal entre sociedade, cultura e história. Por outro lado, os processos históricos não são nem, em primeira mão, mecânicos e despojados dos significados atribuídos pelos agentes e, em segunda mão, não seriam possíveis sem a espessura simbólica que os sustentam e lhes vibração humana. O mesmo é dizer entre classe social, cultura popular operária e acção social ao longo de um determinado período de tempo.

2. Uma primeira faceta da cultura popular alentejana: a poética cantada

Abordaremos seguidamente três eixos nucleares do nosso trabalho empírico. Neste primeiro eixo consagramos espaço ao estudo da canção (e poesia) popular em si mesma(s), antes de se enunciar as principais vias de acesso à substância daquela poética (cantada). Em termos genéricos, abordou-se o canto alentejano enquanto modalidade mais acessível para uma mais frutífera indagação empírica. No fundo, a poética cantada¹ alentejana reporta-se a uma das mais fecundas performances artísticas do operariado agrícola da região desde há centenas de anos. Na sequência da pesquisa de terreno, procuramos fundar uma breve tipologia temática/semântica dos elementos mais presentes na poética cantada alentejana. Procura-se, assim, dar conta de um breve exercício prospectivo que possa resgatar a sua subjectividade de classe. Relativamente a este último tópico é fácil avançar com a ideia de que esta se caracterizou por ser uma subjectividade de resistência, de oposição aos dominantes, um polígono social substantivamente

¹ Designamos o canto alentejano, como é vulgarmente denominado, de poética cantada no sentido em que nesta prática cultural se entrecruzam duas técnicas artísticas principais: a poesia popular e sua correlativa musicalização por via da interpretação vocal.

coeso e agregado colectivamente com finas e afiadas arestas para desferir sobre o peso do poder das classes dominantes e suas instituições (o Estado) e grupos sociais (os feitores e capatazes) adstritos. Esta subjectividade operária encontra-se espelhada numa das suas dimensões mais relevantes: a poética cantada.

No seio desta última resenhamos os seguintes tópicos temáticos:

a) *a poesia propriamente dita*. Dimensão auto-reflexiva da poesia popular sobre si mesma. Dentre outros domínios, este é certamente um dos que mais contribui para aferir do desenvolvimento estético do canto popular alentejano como uma criação artística de pleno direito.

b) *a natureza*. Os traços de humanização da natureza encontrados na poética cantada popular decorrem não de uma simples atribuição de características humanas a aspectos ou facetas do universo natural. De facto, existe uma certa metaforização, conotando diferentes domínios da natureza com distintas simbologias humanas.

c) *o amor*. Encontramos nos cantos populares alentejanos tonalidades típicas de poemas de amor: a ausência do outro, a busca do outro, a saudade do outro, os desencontros. O corpo como materialização do amor mas também como limite terreno desse sentimento humano.

d) *a reflexão sobre a condição humana*. As dificuldades de sobrevivência, o desemprego por grandes períodos de tempo e o corte/dessacralização do viver religioso, desaguaram em reflexões sobre a condição humana que, em determinadas composições poéticas, se aproxima de um certo niilismo. O canto religioso é sobretudo marcante em períodos de festas religiosas, funcionando como translações temporais de tradições religiosas ancestrais – cantar aos Reis e no Natal – e que assumiam mais dinâmicas de ritualização nas festividades e menos uma consagração religiosa de um balizar da vida quotidiana terrena numa linguagem transcendental. Todavia, uma outra abordagem persiste nos trabalhadores alentejanos não-religiosos – se não a maioria, pelo menos, uma importante fatia da população – o anti-clericalismo ou a própria politização de Jesus Cristo, incorporando-o no seu ideário político:

*Entre Jesus e Lenine
há um laço que os une
há um braço que os define
Lenine a sábia centelha
pregou a paz e o amor
também Jesus Cristo
pregou tal e qual o mesmo.
(Lima, 2006, p.54).*

Esta condição existencial leva o trabalhador rural a centrar a reflexão sobre a sua vida em termos muito práticos: sobre a natureza, sobre a paisagem e,

o que é mais importante, sobre si, o seu corpo e os seus semelhantes e como estes se relacionam com o mundo terreno que vêem em seu redor, isto é, com a propriedade.

e) *terra ou lugar?* O “apego à terra” tende a sintomaticamente ser atribuído a populações rurais. No fundo, as teses da *gemeinschaft* versus *gesellschaft*, ou seja, da comunidade versus a sociedade ou da tradição versus a modernidade, fundam uma aporia que, a mais das vezes, obscurece o real conteúdo de certos expedientes dos estilos de vida das populações situadas fora dos grandes centros urbanos. No Alentejo, nomeadamente no que pudemos recolher das canções populares, esse sentimento de “apego à terra” é mais uma ligação ao lugar do que propriamente à posse da terra como é mais característico no campesinato nortenho (vd. Pinto (1985), Almeida (1999), Silva (1998)). De facto, mais do que um sentimento de propriedade, o operariado agrícola alentejano identifica-se, num primeiro momento, com o lugar onde habita e onde forjou a sua subjectividade. Temos assim uma forte presença da identidade local no corpo textual das composições populares alentejanas. Isto é, o modo de ser do operário rural alentejano fundamenta uma visão de identificação com o lugar mas não com a propriedade.

f) *a condição do “pobre”*. Um dos fenómenos sociais mais identificadores do Alentejo durante séculos foi a pobreza e mesmo a miséria em que viviam milhares e milhares de famílias trabalhadoras. A profusão de composições poéticas (cantadas) descrevendo as condições penosas do operariado agrícola é imensa:

*Vêem-se corpos humanos
Suportando mil enganos
Da sociedade que os intruja
(...)
Semeando com fome e frio
Andam os corpos seminus
Acompanhando essa cruz
(...)
Farrapos da humanidade
Abandonados da sorte
Estendendo os braços à morte
À mercê da caridade
Na alta sociedade
Gastam-se notas aos maços
Vindo de ricos terraços
Ouvem-se risos de fera
Lá está o pobre à espera
Dos meios tostões dos ricos.
(VVAA., 2001, p.71-72).*

O sentimento de injustiça em relação à miséria existente durante o Estado Novo nos campos alentejanos e o sentimento de compaixão com os trabalhadores pobres e mendigos assomam como dois dinamos da elevação da consciência social do operariado agrícola alentejano, facto bem espelhado na sua poética cantada. Registe-se ainda a percepção da situação de pobreza como um fenómeno não atribuído a factores naturais ou inelutáveis mas à situação amplamente favorecida do que chamavam de “ricachos”: os latifundiários e os senhores da terra.

f) *a condição operária*. Um elemento identificativo da cultura operária e popular alentejana era, inequivocamente, o trabalho assalariado. Desde as simples menções à vida de trabalho,

*Mondadeira alentejana,
Lenço de todas as cores,
Vai mondando, vai cantando
Cantigas aos seus amores.
(VVAA, 1994, p.67)*

até à centralidade do trabalho como marco de estruturação da vida quotidiana e na própria constituição das «regras do jogo no mercado matrimonial» (Almeida, 1999, p.258):

*Ceifeira!
Ceifeira, linda ceifeira!
Eu hei-de,
Eu hei-de casar contigo!
Lá nos cam...
Lá nos campos, secos campos,
Lá nos campos, secos campos, à calma a ceifar o trigo.
(VVAA, 1994, p.71).*

A consciência do núcleo estruturante e nevrálgico do trabalho assalariado é por demais evidente em dois poemas:

*Meus senhores eu venho à praça
Este meu corpo oferecer
Este meu corpo-carcaça
De se comprar e vender

De se comprar e vender
De bem se negociar
No negócio de render
Sem ele eu nada ganhar.
(Lima, 2006, p.34).*

Um objecto em vias de extinção.

MOTE

*Ó trabalhador rural
Vem estudar esta lição
Se és tu que vives mais mal
Quando tudo tens na mão.*

*Vem cá pobre criatura
Da vida precária e cega
Que lutas com tanta miséria
E produzes tanta fartura
A tua tarefa é a mais dura
O teu sofrer é sem igual
O teu braço o principal
Que fornece o suave pão
Do qual não tens um quinhão
Ó trabalhador rural.
(Navarro, 2002, p.76).*

Aqui denota-se uma aguda ilustração do cerne e dos efeitos do trabalho assalariado, isto é, da venda da força de trabalho como elemento estruturante das relações sociais de produção vigentes naquele contexto.

g) o confronto (de classe) com o poder. Dos dois últimos eixos temáticos, com maior incidência causal, mas também pela articulação de todos os anteriores, o confronto da classe operária alentejana com a classe dominante nos campos e suas instituições representativas iria ser uma realidade.

Em primeiro lugar, destaquemos o desaguar de múltiplas tendências secundárias mas nem por isso desprezíveis. O cruzamento entre a existência de um saber fazer performativo próprio – a poética cantada popular; a ligação à natureza e a pulsão de materializar um viver social que permitisse uma vivência frutífera e harmoniosa entre produtores e o mundo natural, bem como a humanização dos elementos naturais; a profusão de sentimentos de amor e de generosidade com o próximo; e o sentido existencial oscilante entre um pessimismo e uma consciência da vida humana operária como despojada a não ser de si mesma e do seu lugar biológico – o corpo – a par de uma religiosidade incipiente e quando existente meramente ritualista; marcariam, no seu todo, um modelo de variáveis essenciais para a consolidação de uma identidade operária muito própria.

Por outro lado, esse cruzamento que designamos de secundário interliga-se com o cruzamento fulcral entre, por um lado, o sentimento de injustiça perante as condições de vida concretas do operariado e, por outro, a compreensão da sua condição de trabalhadores assalariados e de que seria nessa relação social fundamental que residiria a raiz principal do seu modo de viver, construiriam uma forte identidade e identificação colectiva da classe operária agrícola alentejana.

Nesse sentido, a criação de um mundo cultural muito próprio de representações sociais mas também de sociabilidades culturais moldaria a revivescência de um cenário social polarizado em termos de posicionamento social (a disparidade dos lugares de classe entre os agrários e o operariado da região) mas também em termos de acção social. Dizemos polarizado em termos de acção social, pela paulatina e gradual construção do operariado agrícola alentejano como sujeito social colectivo com referenciais simbólicos e com práticas de classe independentes. Logo, com interesses colectivos bem definidos e contrastantes com os da burguesia agrária.

Portanto, o primeiro nível da constituição de um universo cultural operário passa pela assunção das diferenças entre trabalhadores e patrões, como agentes sociais distintos, mas intimamente relacionados nos seus propósitos políticos, sociais e económicos:

*Há lobos sem ser na serra
Ainda não sabia
Debaixo do arvored
Trabalho de noite e de dia.
(...)
O rico é como o sapo
Só tem barriga e pança
O pobre é como a formiga
Só trabalha e não descansa.
(Lima, 2006, p.49).*

Um segundo nível pode ser destacado no que toca à identificação dos interesses de classe fundamentais do operariado agrícola da região. Às dificuldades de sobrevivência económica e à opressão pelo regime ditatorial, na poética popular surge como vector o contrariar da dinâmica do regime e o horizonte simbólico de construção de uma sociedade diferente, mais democrática e com direitos sociais e políticos. A ambição de transformar a sociedade e construir novas formas de sociabilidade humana surge no poema “O meu sonho”:

*Eu sonho com um mundo novo, isento de maldade
Em que os homens se estimem e dêem com amor
Um mundo de ventura e eterna felicidade
Donde p'ra todo o sempre seja banida a dor.
(...)
Um mundo em que haja paz em toda a terra
Em que o ódio e a dor jamais tenham guarida
Um mundo em que a semente da miserável guerra
Se mantenha p'ra sempre dos homens esquecida.*

Um objecto em vias de extinção.

*Eu sonho um mundo novo repleto de alegria
Donde desapareça o mal que nos consome
Um mundo em que se possa gozar a luz do dia
E onde jamais alguém possa morrer de fome.
(VVAA., 1987, p.59).*

Sinteticamente, a poética cantada do operariado rural alentejano evidencia traços muito específicos da sua consciência/identidade de classe. Não só uma abordagem existencial muito forte sobre a sua condição social; mas também a subvalorização do religioso e mesmo a sua reconversão para a luta política secularizada e desligada do controlo da Igreja; a construção mental e simbólica da terra como um utensílio a cultivar e não como a raiz *natural* das relações sociais de propriedade; a auto-identificação como trabalhadores explorados e com interesses económicos e políticos opostos aos dos grandes proprietários da terra; a produção de uma linguagem de classe. Todas estas dimensões culturais não se espelharam tão-somente no terreno da produção simbólica. Com efeito, materializaram-se no real concreto e histórico, logo, assumiram uma dimensão política e social.

3. Uma segunda faceta da cultura popular alentejana: reflexividade operária sobre a sua condição de classe

O segundo eixo da nossa pesquisa de terreno debruça-se sobre a subjectividade de três actores sociais pertencentes ao tempo e ao objecto empírico do nosso estudo. No fundo, interessou-nos nesse eixo resgatar e explanar as vozes de agentes sociais de modo a que estes pudessem comentar as suas vivências no decurso de processos sociais e históricos descritos anteriormente. Consequentemente, surgiu como relevante enquadrar as biografias de operários agrícolas em torno de uma coordenada específica: o sentimento de solidariedade entre os trabalhadores².

Por seu turno, o recurso às histórias de vida recriou, pela evocação da experiência contada e vivida dos agentes sociais, uma nova manta de representações sociais e simbólicas. De facto, o método biográfico leva os agentes sociais a realizarem uma reflexão própria sobre um conjunto de acontecimentos e fenómenos que vivenciaram. Nas palavras de Machado Pais, «o que está em jogo

² Outros temas como a relação dos trabalhadores com os agrários e com o Partido Comunista Português, sem esquecer as condições de vida, a repressão no período da ditadura de Salazar e a resistência a esta, bem como as vivências durante o período da Reforma Agrária e o balanço afectivo-simbólico desencadeado com o final desta foram abordados na nossa investigação. Por razões de economia de espaço, mas também como forma de enfatizar o papel determinante – nunca exclusivo – da esfera cultural sobre a formação da classe trabalhadora escolhemos o tópico supramencionado da solidariedade entre os trabalhadores agrícolas alentejanos.

no uso do método biográfico é a recuperação de memórias narradas do ponto de vista de quem as evoca» (Pais, 2001, p.107), o que parece dar a entender que as histórias de vida trazem para o texto analítico a tessitura da subjectividade dos indivíduos. No fundo, a análise sociológica enriquece-se aqui por via da recolha, tratamento e interpretação teórica do discurso dos agentes. Fundamentalmente, não se trata de fazer do discurso dos agentes matéria científica acabada ou sequer potencialmente explicativa, a apenas necessitar de uma translação da linguagem do senso comum para o vocabulário científico. Na verdade, o retomar das palavras dos agentes cumpre, essencialmente, uma função de captação de camadas do tecido social dificilmente apreensíveis por outros métodos e técnicas. Basicamente, a enunciação das representações individuais e colectivas não cabe ao investigador *per se*, mas este deve ouvir, recolher e, finalmente, interpretar o universo simbólico, cognitivo e afectivo dos agentes sociais. Daí que seja extremamente fecunda a seguinte elocubração de José Machado Pais: «em jogo» no método biográfico «está também a possibilidade de tornar visível o que nem sempre é empiricamente detectável, precisamente as dimensões invisíveis de um fenómeno» (idem).

Por conseguinte, mais do que retratar vidas humanas na sua globalidade, pretendeu-se que os agentes sociais entrevistados alavancassem domínios de experiência operária num conjunto definido de temas directamente conectados com a formação do operariado agrícola alentejano e com a sua base de sustentação: a cultura popular assente em valores de solidariedade e de união colectiva. Recolher o «*sentimento* do período histórico» (James, 2004, p.290) [itálicos nossos] contemplado foi o desígnio desta secção, em especial no que toca ao propósito de objectivar a consciência de classe de três operários agrícolas na sua concreção, na sua expressividade mais crua. Em poucas palavras, transformar os relatos dos trabalhadores em testemunhos orais.

Como base do nosso trabalho, definimos o papel da cultura operária na formação da consciência política e social dos trabalhadores agrícolas alentejanos. Relembrando este tópico, demos então a palavra aos agentes entrevistados e como estes apreendem a importância do colectivo e da solidariedade patentes nas redes de sociabilidade operárias.

CJ, operário agrícola com 68 anos de idade e proveniente da aldeia do Couço, concelho de Coruche, considera que nos trabalhadores alentejanos e ribatejanos da margem sul havia uma

consciência da solidariedade muito grande. A importância da solidariedade via-se, por exemplo na que manifestávamos com os trabalhadores presos pelo regime. Naquele tempo afirmar os valores da democracia e da liberdade no contexto do regime ditatorial de Salazar era um enorme acto de coragem que só podia ser tomado colectivamente (CJ).

É interessante a forma como CJ aborda esta questão. Em termos simples, para que os trabalhadores alentejanos pudessem afrontar um regime político que consideravam como obstáculo à concretização dos seus interesses mais vastos e das necessidades mais prementes, só a sua agregação grupal poderia funcionar como aríete contra o Estado Novo. Todavia, a unidade colectiva dos trabalhadores não bastava, segundo CJ. Era preciso acrescentar-lhe

três formas de consciência: do mundo e do país em que viviam; da transformação social (mundo em constante mudança); do seu papel nesse processo de transformação. Isto tinha depois ligação com o próprio conceito que o trabalhador alentejano tinha de posse da terra. Havia até um ditado onde se dizia, “a terra? Para que a quero eu a ter? Quando entro em casa até sacudo os pés!” (risos) (CJ).

Este “limpar a terra dos pés” conota uma noção de desprendimento em relação à propriedade individual e de despojamento corporal relativamente ao que não lhe é inerente. Até neste capítulo o assalariado agrícola alentejano assume uma condição de desapossamento dos meios de produção. No caso, simbólicos. Porém, este sentimento de comunidade repercute-se por vezes, refere o mesmo entrevistado, num certo

sentimento de desconfiança de quem vem de fora, às vezes quase uma autarcia comunitária (CJ).

Quer dizer, o fechamento da comunidade operária comunga da nossa asserção de que naquela região do país vivenciavam-se dois universos culturais e ideológicos. Redimensionando as suas vivências quotidianas num campo cultural e de sociabilidade próprio, o operariado agrícola alentejano secretava produtos simbólicos seus, em grande medida autónomos de influências de outras classes sociais. Tomando o conceito de cultura num domínio mais vasto, percebe-se, por conseguinte, como as redes de interacção, agrupamento colectivo e de sociabilidade inter-individual dessas comunidades rurais operárias consubstanciavam-se como fortes indutores de disposições morais, políticas, estéticas e significacionais claramente distintas das encontradas no seu exterior. A assunção destas experiências de vida passava por um sentimento de

naturalidade com que tudo foi feito ali. Por exemplo, as reuniões faziam-se com um petisco e com um copo mesmo sabendo que corríamos o risco de surgir a Guarda. Isto permitia disfarçar as reuniões mas também porque víamos a luta com alegria e não com desespero, pelo menos da parte dos trabalhadores mais conscientes. Essa vivência em comunidade (CJ)

consumava toda uma rede de sociabilidades e uma plataforma de produção profusa de conteúdos culturais muito próprios que se reflectiam no viver colectivo e político dessa classe. E que classe era essa? A que classe pertenciam aqueles agentes? Explicitando, *a que classe social assumiam aqueles agentes sociais pertencer?* Para GA, operário de Montemor-o-Novo com 81 anos de idade,

isto aqui são operários agrícolas. É proletariado agrícola, não são camponeses como lá no Norte. E não é por uma mania, é por uma razão científica. O operário agrícola não tem nada seu, não tem terra sua, só tem dois braços. Isto é um operário industrial ou agrícola para trabalhar. Ele não é camponês. Por isso, chamávamos operários agrícolas aos trabalhadores agrícolas. Já em 62 havia essa consciência sentida de que eram operários agrícolas. É um raciocínio, é uma consciência de classe como tem um operário não é? Para ele o que interessa é o trabalho não é a terra. Na Reforma Agrária, não quisemos a terra para nada, ela era para trabalhar (GA).

Mais uma vez a insistência de que a terra não é uma propriedade ou uma posse a ser apropriada individualmente, mas um recurso a trabalhar colectivamente. Paralelamente, a noção arraigada, historicamente reproduzida e reapropriada, de que os trabalhadores agrícolas da região eram, na sua esmagadora maioria, assalariados não deriva de uma mera constatação estatística. De facto, como apontaremos na secção subsequente, parece evidente o elevado peso numérico e populacional do operariado agrícola em todo o Alentejo. Contudo, uma certeza estatística e demográfica não é idêntica à subjectividade com que os agentes sociais apreendem a sua vivência, localização e condição social. Assim, o desenvolvimento de uma linguagem de classe – ainda por cima, assumindo explicitamente a pertença a uma determinada classe social – cristaliza uma orientação simbólica e ideológica marcada e corporizada pelos operários da região. Notadamente, operários que residiam, sociabilizavam, conviviam e trabalhavam em unidades territoriais relativamente endógenas, portanto, imunizadas culturalmente (e politicamente) das influências e dinâmicas das classes dominantes e das instituições do poder fascista nos campos (a União Nacional, os Grémios ou as Casas do Povo). GA acrescenta ainda que essa vida comunitária dos operários agrícolas alentejanos não dispensava o canto colectivo.

Às vezes cantava-se, juntava-se muita gente. Aos domingos, dia que não se trabalhava, juntavam-se aos 20, 30 de braço dado a cantar as canções que tínhamos na época. Havia canções de amor, de raparigas e tal, depois ia para outra rua e cantava-se outra sobre a terra e juntava-se muita gente. Nas ceifas, homens e mulheres cantavam. Ai cantava-se muito. A tirar cortiça assobiava-se. A esgalhar cantava-se, esgalhar é limpar o relevo. Nas mondas, que era antes da monda química, as mulheres e os homens cantavam ao desafio. A música animava o pessoal. Sem ânimo não havia luta possível (GA).

Esta extensão da vida cultural a toda uma série de actividades produtivas cunha o viver operário numa multitudine de sentimentos e numa gama vasta de acontecimentos recreativos, sempre perpassados pela solidariedade e pela celebração simbólica da colectividade em que se encontram.

Olha. Haviam muitos convívios. Se passasses numa rua de uma aldeia, mesmo aqui na cidade de Beja, ias ver muita malta toda junta a cantar e a dançar. O pessoal lá do norte como tu às vezes tem aquela ideia de que nós alentejanos divertimo-nos pouco. Mas não. Divertir não é bem a palavra certa mas que havia uma alegria na

vida do dia-a-dia das pessoas havia. Essa alegria era motor da nossa fraternidade para as lutas. Também havia muita gente a ler em conjunto e sessões de leitura. Lembro-me de ver um operário culto do Partido, que tinha a quarta classe, a ler o “Até Amanhã, Camaradas” do Álvaro [Cunhal, nota nossa] para alguns operários que não eram do Partido. Esse homem sabia até partes de romances de cabeça e contava isso na rua. Era muito giro. Claro que quando sentíamos a GNR a aproximar das ruas o pessoal debandava e dispersava logo. Também tínhamos que ter cuidado com os bufos. Mas nas aldeias era difícil ser bufo porque toda a gente conhecia-se, toda a gente comunicava entre si sempre que aparecia alguém de fora. As brincadeiras eram muito engraçadas na altura. As crianças brincavam sem brinquedos a fazer de conta que tinham brinquedos. Ou então fazíamos uns brinquedos com bocados de arame que às vezes se catava nas ruas. Parecíamos os meninos dos Esteiros (risos). Depois os miúdos andavam a pedir, a correr pela cidade, eram moços ao abandono. Tinha coisas más. A gente sabia que tinha de ir trabalhar muito cedo, muitos logo aos 5 ou 6 anos. Muitos nem à escola iam e eram raros os que tinham mais do que a instrução primária. Mas eu tenho a ideia que apesar da miséria essa vida de garoto descalço ajudou-nos a ser solidários desde meninos. O que um apanhava de comida num campo levava aos outros. Mesmo na escola havia separação entre os meninos das várias classes. Levávamos quase uma vida de malteses mas onde não havia traição entre nós. A traição da confiança era das atitudes mais graves e mais condenáveis que alguém poderia fazer (HJ).

Assim fala HJ (76 anos) de Beja. HJ corrobora igualmente a tese da incomunicabilidade cultural e sociabilitária entre os operários agrícolas e os grandes senhores da terra. Oferece ainda um exemplo concreto da forma de como (não) se relacionavam.

Com os latifundiários? Quase não falávamos, quando se falava. Era gente de grande insensibilidade. Por exemplo, o Dom Diogo em Ferreira do Alentejo. Não deixava no final da ordenha ou da apanha os trabalhadores aproximar-se e alimentar-se do que quer que fosse que sobrasse. Era de um desprezo para com a fome de quem lhe produzia a riqueza... Era um sujeito horrível. Uma outra situação que não gostava nada era quando alguns trabalhadores vinham com um chapéu pedir ao café Luiz da Rocha esmola. Eram uma excepção, era gente medrosa. Ou então quando os trabalhadores saíam às arrecuas de falar com dom Diogo. Isso sim era degradante. Mas eu não os culpo. A malta era muito pobre, passava fome e era natural que achassem que o senhor deveria ser benemérito. Aquela gente odiava os trabalhadores. Viam-nos como animais ou sei lá o quê (HJ).

Comparando com o que considera ser o individualismo característico das últimas décadas, Honrado exalta a solidariedade colectiva manifestada pelo operariado agrícola no passado.

Era uma solidariedade, uma união como não se vê hoje. Dou-te um exemplo, trabalhadores que davam o conduto ou parte dele para o homem conseguir resistir no trabalho. Alguns andavam com uma pedra na bolsa para fazer de conta que não se passava fome. Sol a sol, fome, nem sei como aquela gente aguentava as ceifas. Ainda por cima trabalhava-se três a quatro meses por ano. O resto do ano era desemprego. Aqueles olhos cavados de fome metiam impressão. Se não fosse a união entre a malta não sei o que teria sido de nós. Eram outros tempos e era um outro regime mas era

uma ajuda entre os trabalhadores que não há hoje. Era espontânea e que era comum a gente que nem era politizada (HJ).

O sentimento de injustiça relativamente às condições de vida existentes durante o regime ditatorial ajudou a fermentar um sentido colectivo de pertença de classe. Assim, a mobilização colectiva, mesmo no contexto da ditadura, assumia foros de maior facilidade na sua concretização.

Nos jogos de futebol, incentivava-se a participação da malta politizada ou do Partido no jogo em cada equipa. O objectivo era aproveitar aqueles laços de união e ir mobilizando os trabalhadores. No fundo, a malta quando se sentia injustiçada lutava mais facilmente (HJ).

A mobilização política e social que, em muitos casos, o Partido Comunista Português induziu junto do operariado agrícola alentejano (e em outras franjas das classe trabalhadora portuguesa), demonstra que a movimentação de contingentes populacionais em torno de determinadas reivindicações não é um puro e linear resultado da acção de um agente político (ou sindical) organicamente exterior à classe. Na realidade, a transversalidade de disposições (e de predisposições) baseadas em sentimentos de solidariedade, de desprendimento em relação à propriedade privada da terra e no afrontamento/antagonismo (simbólico e ideológico) entre trabalhadores e grandes proprietários, evidenciam, no seu conjunto, que sem determinados factores de índole ideológico-cultural, a mobilização política não teria o alcance que os seus resultados, à primeira vista, poderiam fazer crer.

4. A formação da classe trabalhadora alentejana (1926-1974)

O último eixo do nosso trabalho de terreno repercute um carácter ligeiramente mais historiográfico e processual: a formação e desenvolvimento das movimentações sociais e políticas do operariado alentejano entre o início da década de 30 e o 25 de Abril de 1974. De facto, a recolha de elementos documentais (excertos de jornais e dados estatísticos) sofreram, neste capítulo, um processo interpretativo, acentuando os traços fundamentais acerca da movimentação da classe operária alentejana. Também neste ponto se interliga fortemente a abordagem etnográfica com a aproximação espaço-temporal ao nosso objecto de estudo.

A este título, atente-se, nas lutas e movimentações colectivas do operariado agrícola contra o regime ditatorial do Estado Novo. Com efeito, o padrão das lutas operárias durante a ditadura derivou, como já vimos, da matriz cultural da classe trabalhadora agrícola alentejana mas também da organização interna da estrutura fundiária. Sucintamente, interligando território, recursos e relações sociais, importa caracterizar a mancha classista no Alentejo. Desse modo, atente-

-se para o critério posse/propriedades da terra (principal meio e recurso social de produção) como o factor mais estruturante para a definição das classes sociais da região antes de 1974. Com efeito, aliada a uma baixa taxa de urbanização na região, chega-se a vésperas da Revolução dos Cravos com a seguinte distribuição das classes sociais:

Tabela 1 – Classes sociais nos campos alentejanos

<i>Classes sociais</i>	Latifundiários	Pequenos agricultores	Assalariados agrícolas
<i>Percentagem da população activa</i>	2,3%	14%	83,6%
<i>Area agrícola</i>	2.200.000 ha	1.000.000 ha	–
<i>Percentagem do total de terras</i>	68,7%	31,2%	–

Fonte: dados do INE (1968 – explorações agrícolas; 1970 – inquérito à população)

A concentração da terra na dobragem para a década de 70 era nítida. A classe dominante nos campos – uma parte ínfima da população, pouco mais de 2% – detinha mais de dois terços das terras, já para não falar que os cerca de 30% de terras restantes nas mãos dos pequenos agricultores eram, ou explorações com funções de mera subsistência/sobrevivência familiar, ou eram propriedades com solos pouco férteis. Por outro lado, os assalariados agrícolas – que representavam pouco mais de 80% da população – encontravam-se destituídos do recurso que eles trabalhavam quotidianamente: a terra. E isto quando tinham emprego. Quando se dá a Revolução que iria instaurar o regime democrático estimam-se em cerca de 14 mil desempregados agrícolas (Piçarra, 2004, p.212). Paralelamente, a situação económica do operariado agrícola da região é, no mínimo, precária. Para além do que ficou conhecido na região como o trabalho de sol a sol, que iria pintar a região desde tempos imemoriais até 1962, e do desemprego, atente-se que, para dar apenas uma exemplificação, entre 1960 e 1962 as jornas eram de 24 a 30\$ (15 cêntimos de euro, no máximo) para os homens e de 13 a 16\$ (8 cêntimos de euro por dia) para as mulheres (Gervásio, 2004, p.182). Este quadro de vulnerabilidade socioeconómica do operariado irmanava e complementava-se com um clima de repressão, na medida em que às dificuldades de subsistência dos trabalhadores da região, adicionava-se constantemente um espírito combativo de revolta com resultados óbvios na resposta violenta das autoridades policiais e repressivas do regime.

No que concerne à actividade económica, através de uma leitura atenta do Projecto do II Plano de Fomento (1958) para a agricultura, não se encontra sequer uma linha sobre a melhoria das condições de vida das populações trabalhadoras da região. Todo o Plano, alegadamente destinado a fomentar o desenvolvimento económico do país, não contempla nunca a melhoria dos salários na região, o combate ao desemprego, a introdução de mecanismos legais traduzidos em

termos de contratualidade laboral, a modificação dos horários de trabalho, etc. Em todo esse texto oficial do regime apenas se encontram tópicos relacionados com «hidráulica agrícola», «povoamento florestal» e «reorganização agrária» (VVAA., 1958). Mesmo o último ponto – reorganização agrária – apenas foca a questão da melhor forma de reconfigurar a estrutura da propriedade em ordem a tornar o latifúndio mais rentável do ponto de vista capitalista.

Por conseguinte, a contestação ao regime do Estado Novo surge como uma extensão desta dupla dinâmica assente na esfera simbólico-ideológica – a cultura popular da região – e nas relações de propriedade preponderantes no latifúndio.

A consolidação institucional do regime político do Estado Novo não apenas teve consequências ao nível da própria sobrevivência de uma forma fundiária arcaica: o latifúndio. Essa consolidação institucional do regime fascista – conseguida com o desbaratar violento de toda a oposição popular, desde o “revivalho” até à ilegalização de todos os partidos e à repressão brutal da greve geral de 18 de Março de 1934³ – teve também reflexos na própria dinâmica da classe trabalhadora alentejana.

A primeira propriedade a registar consubstancia-se na necessidade que a classe operária agrícola da região teve em adoptar formas de luta que exigissem uma clara consciência política/social da longa duração dos enfrentamentos de classe. Por outras palavras, a fascização da vida nacional – assente na proliferação de organizações estatais e para-estatais como Casas do Povo, o Movimento Nacional Feminino, a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, os Sindicatos Nacionais, a FNAT, etc. que denotam uma clara sustentação e robustez orgânica interna do regime, pelo menos até à sua primeira grande crise com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota das experiências fascistas por toda a Europa –, o apoio internacional das potências autoritárias (Itália, Alemanha, Espanha franquista, etc.) e o eficaz e selectivamente orientado recurso à violência física e censória contra os seus adversários políticos, forneciam uma estabilidade ao regime fascista de Salazar onde as lutas de confronto aberto estariam fadadas ao insucesso. Assim, face ao poder do Estado e de uma das classes hegemónicas do bloco no poder à época, a luta operária nos campos alentejanos assumiu novas formas relativamente ao que tinha ocorrido na Primeira República: iniciativas influenciadas pelo anarco-sindicalismo e assentes na acção directa. Ainda mais relevante, iria crescer a consciência de que a movimentação colectiva dessa classe teria de ser orientada para um longo processo de acumulação de forças. Esta noção da movimentação colectiva concretizar-se-ia, de um lado, por intermédio de uma persistente luta económica e reivindicativa de modo a colmatar as necessidades básicas dos trabalhadores alentejanos e, de outro lado, na construção de uma

³ O regime realizou «um total de 696 presos» (Patriarca, 2000, p.458) no rescaldo dessa iniciativa de luta operária, constituindo o «esfrangalhar dos núcleos de resistência à organização corporativa» (idem, p.490).

classe social com um elevado grau de politização e de consciencialização da sua situação enquanto assalariados agrícolas economicamente explorados pelo latifúndio e politicamente oprimidos pelo regime. Esta dimensão de longa duração é bem expressa nas palavras de Américo Leal:

«após muitas lutas contra o trabalho de sol a sol e pela redução do horário de trabalho em certas actividades, como na cava das vinhas e noutros trabalhos pontuais, foi a partir de 1960 que os trabalhadores agrícolas do Alentejo passaram a ter no Verão duas horas para o almoço e meia hora para a merenda, o que, mesmo assim, os obrigava a trabalhar 11 e 12 horas por dia. Os salários, embora sempre dependentes da luta dos trabalhadores em cada região, e por vezes em cada herdade, eram, em 1940, de 8 a 10 escudos por dia para os homens e de 2 a 3 escudos para as mulheres, passando, em 1960, na Herdade da Palma e devido a constantes acções reivindicativas, para 15 escudos para os homens e 7 escudos para as mulheres» (Leal, 2005, p.28) [itálicos nossos].

Repare-se que o aumento salarial referido pelo autor demorou cerca de 20 anos a ser conseguido. Daqui se depreende o carácter de longa duração das lutas operárias no Alentejo, decorrente da própria natureza do regime e da estrutura fundiária existente.

A mutação no tipo de lutas operárias na região iria obedecer a dois fundamentos principais:

1) desenvolver no plano político os laços de solidariedade e de fraternidade já existentes ao nível das sociabilidades culturais, o que significava adoptar lutas reivindicativas em torno de objectivos concretos e de satisfação imediata dos trabalhadores agrícolas (salários, horários de trabalho, períodos de descanso, etc.);

2) à luta descoordenada em cada herdade procurar agregar essas lutas parciais por vila ou aldeia, apostando-se, para isso, na intervenção reivindicativa nas praças de jorna existentes em cada unidade administrativa territorial.

Nas décadas de 40 e 50, a par das mobilizações em torno de reivindicações de carácter económico, começam a acrescentar-se camadas de componente política às mobilizações operárias. Sobretudo na década de 50 não apenas se recorre com maior frequência à greve como forma de luta, como o afrontamento com o regime se torna mais violento. Estando ausente qualquer forma de legitimação ideológica ou de carácter normativo que permitisse barrar e regular institucionalmente as mobilizações operárias, só uma mais implacável repressão poderia obstar à crescente magnitude da organização colectiva dos assalariados agrícolas alentejanos. Aliás, a repressão por si só é insuficiente para fazer retroceder um movimento popular ascendente, sobretudo se não se conseguem destruir as bases produtoras do seu viver social: no caso do operariado agrícola alentejano, a sua base cultural, a sua posição nas relações sociais de produção da propriedade latifundiária e a não destruição da organização política que mais de perto operava junto dessa classe. O caso do assassinato de várias figuras políticas

alentejanas (contamos apenas os casos antes de 1958) pelas forças policiais (GNR e PIDE) do regime como Germano Vidigal – assassinado em Junho de 1945 à pancada no posto da GNR –, António José Patoleia – morto, em 1947, na sede da polícia política de Vila Viçosa –, Alfredo Lima – morto a tiro pela GNR da localidade em 1950 – e Catarina Eufémia – assassinada à queima-roupa em 19 de Maio de 1954 na aldeia de Baleizão, concelho de Beja – evidenciam como a violência, no caso da luta operária alentejana contra o regime e por melhores condições de vida, não foi um elemento capaz de desorganizar uma classe que contava com um nível de estruturação interna muito forte, no respeitante tanto à solidariedade entre os operários em luta com objectivos políticos muito precisos, como à sua disposição para lutar e para enfrentar as forças policiais.

Na década de 60 dar-se-á um dos acontecimentos capitais na mobilização social e política dos assalariados da região: a luta pela conquista das oito horas diárias de trabalho. O fim do secular trabalho de sol a sol seria possível num contexto de desagregação interna do regime (agravada pelo início da Guerra Colonial em 1961 e pelas lutas estudantis de 1962) e de crescente capacidade organizativa da classe operária agrícola alentejana. A conquista das oito horas diárias de trabalho foi precedida de inúmeras acções de protesto e reivindicativas ao longo, pelo menos, das duas décadas anteriores. Por outro lado, num período de tempo mais curto, a mobilização operária de Abril e Maio de 62 rematou todo um longo processo de «pequenas reuniões de trabalhadores para discutir o Primeiro de Maio e as 8 horas de trabalho por dia» (Gervásio, 1996, p.20). A proliferação de reuniões – quase todas clandestinas – pelos campos alentejanos foi acompanhada da definição pela base dos trabalhadores agrícolas de um conjunto de reivindicações que seriam publicadas no jornal do PCP dedicado para aquela classe – *O Camponês* – na sua edição de Junho daquele ano:

«as nossas reivindicações económicas mais imediatas e pelas quais devemos lutar são:

1º - Garantia de trabalho;

2º - Salários mínimos de 30 escudos para homens e 20 escudos para mulheres. Que ninguém trabalhe por menos destes salários;

3º - Jornada de 8 horas. Que ninguém trabalhe de sol a sol» (VVAA, Jun.1962, p.1).

Este era um caderno reivindicativo que já podíamos encontrar desde 1954 (VVAA., Mai.1954, p.1). Assim, aproveitando a comemoração do Primeiro de Maio, operários do Alentejo e da margem sul do Ribatejo levariam a cabo uma nova acção de luta.

Como iria registar António Gervásio, principal dirigente das lutas operárias de 1962 no Alentejo,

«a conquista das 8 horas pelos operários agrícolas do Sul constitui uma importantíssima vitória política dos trabalhadores do campo. Mais de 250 mil trabalhadores têm participado nesta luta através da greve, de concentrações, de levantamentos de ranchos, de choques com as forças repressivas, etc. A luta não tem sido fácil. Muitos trabalhadores têm sido presos e outros obrigados a fugirem das suas terras. Se os agrários não têm resistido mais é porque a luta tomou uma tal envergadura que assustou os fascistas. O mês de Maio de 1962 ficará sendo uma data histórica no movimento dos operários agrícolas. As 8 horas são uma das reivindicações mais sentidas dos assalariados agrícolas do Sul» (idem, p.45).

Assim se iria dar, segundo os participantes dos acontecimentos de 1962, uma nevrálgica machadada na forma de propriedade do latifúndio em decadência. Não se pense, todavia, que essa grande onda de mobilização operária foi alcançada pacificamente. Depois do assassinato de Adelino dos Santos morto a tiro em frente à Câmara Municipal de Montemor em 1958, António Adângio seria igualmente assassinado a tiro nas ruas de Aljustrel a 28 de Abril de 1962, precisamente no momento em que uma onda de cerca de 250 mil operários agrícolas se começava a erguer. Também por aqui se percebe o grau de decomposição do regime e a sua incapacidade em destruir as condições – sociais, económicas, culturais e políticas – de germinação da escalada de mobilização do operariado agrícola alentejano.

Desta jornada de 1962 retiremos duas relevantes notas de balanço. Uma primeira, a de que a jornada diária de oito horas foi conseguida por intermédio da acção política dos trabalhadores agrícolas e não uma qualquer benesse do Estado Novo e das classes dirigentes de então. Se as oito horas nunca vieram a ser regulamentadas juridicamente, a sua prática efectiva foi concretizada na generalidade das grandes herdades alentejanas. Um primeiro sinal da possibilidade da mudança das estruturas sociais, por parte da acção de um sujeito social colectivo, pode ser evidenciado neste ponto específico. Acrescente-se a isto o fenómeno da incapacidade do regime ditatorial em regular e institucionalizar aspirações das classes sociais populares, uma característica estruturalmente diferenciadora do que sucede nos regimes democráticos.

Uma segunda nota prende-se com o «entrelaçamento da luta política com a luta económica» (idem, p.64). De um sujeito vocacionado para lutar por objectivos imediatos – o que também aconteceu nas jornadas de 1962 – o operariado alentejano assumiu-se como um sujeito político capaz de se mobilizar pelo que considerava serem as suas aspirações mais profundas, conseguindo atingir conquistas que representavam duros golpes no poder do latifúndio e do próprio regime no Alentejo. Como referiu António Gervásio, «os trabalhadores ligaram a comemoração do 1º de Maio com a luta pela conquista das 8 horas, com a luta por um salário certo de 40 escudos para as ceifas e de 30 escudos para os serviços dos arrozais» (idem). O cruzamento das duas modalidades de mobilização política e

social descrevem um grau de organização e de consciencialização mais agudo por parte do operariado agrícola e que iria ter forte repercussão nas duas décadas seguintes.

Nos doze anos seguintes até à Revolução de Abril pudemos constatar que as lutas reivindicativas, greves e concentrações continuaram, solidificando a unidade interna dessa classe social. Ao mesmo tempo, a contestação da Guerra Colonial politizou ainda mais o próprio operariado agrícola alentejano. Independentemente de avaliações normativas que se possam fazer das ocupações de terras no período da chamada Reforma Agrária, do ponto de vista analítico, esse acontecimento permite aquilatar do grau de coesão cultural e ideológica daquela classe social.

Conclusão

A nossa hipótese central de que a cultura popular se sustentou nos campos alentejanos como o solo (cultural) de onde brotaram as sementes da revolta dos assalariados agrícolas denuncia índices de corroboração empírica. Desde os domínios substantivos da poética cantada analisados, até aos registos orais e biográficos de operários entrevistados, onde pontificavam concepções do mundo social auto-centrados na solidariedade entre os membros da classe trabalhadora local, a mobilização da classe trabalhadora alentejana seria impossível sem índices de auto-identificação de classe, de laços de companheirismo e de uma concepção do mundo social antagónica relativamente à das classes dominantes nos campos. Por outro lado, tal como uma semente, a classe trabalhadora alentejana pôde alcandorar-se à posição de uma classe social capaz de competir com as classes dominantes da região pelo controlo da produção da vida social e económica no Alentejo, na medida em que no contexto específico do Estado Novo e da propriedade latifundiária tinha:

a) *como solo para germinação*, uma prolífica produção cultural auto-centrada na sua vida sociabilitária local e no seu próprio carácter de auto-produção cultural, portanto, altamente desconectado da produção cultural e ideológica exterior às suas comunidades e à sua região;

b) *como agente semeador de revoltas e de mobilizações colectivas*, o Partido Comunista Português que, por um lado, adequou o seu conteúdo programático às aspirações quotidianas de emprego, salários, horários de trabalho e de visão (ou mundivisão) do operariado agrícola e, por outro lado, ajudou a forjar uma cultura regional (algo único no país) que projectou o seu universo cultural precedente a um nível directamente mais político: a um mais aberto confronto com a ditadura de Salazar e pela posterior tentativa de construção de uma nova ordem social e económica. Constituiu-se, assim, uma cultura política, um tabuleiro axiológico operacionalizado em termos de acções políticas e reivindicativas. Por conseguinte, mesmo as práticas políticas não se descartam de variáveis de índole cultural e significacional na sua própria constituição interna;

c) *como condições externas à mão humana*, um regime político ditatorial alicerçado na repressão das revoltas operárias e, posteriormente, um contexto histórico de disrupção desse mesmo regime e de uma estrutura agrária arcaica que fermentaram um terreno mais favorável à construção de um forte sentimento de injustiça, importante instrumento de mobilização colectiva naquele contexto.

Em síntese, neste artigo procurou demonstrar-se, paralelamente, a existência de uma conexão entre a cultura popular local (valores de solidariedade, produtos culturais de apropriação predominantemente colectiva, redes de sociabilidade, de vizinhança e de interconhecimento), uma cultura de resistência e correspondente materialização prática desse universo simbólico. No fundo, pretendeu-se dar visibilidade a um processo imbricado e recíproco entre um *habitus* operacionalizado pelo universo sociabilitário e pelos quadros de interacção (Costa 1999) e um *habitus* operacionável na mobilização colectiva. Atente-se, nesse sentido, no papel da identidade individual e colectiva entronizada no *habitus* como plataforma giratória entre a comunidade cultural então existente e as práticas e as acções ali accionadas. Ressalve-se ainda que a abordagem ao objecto de estudo aqui analisado parece consolidar relevantes pistas de investigação. Entre várias delas podemos enumerar: a formação das classes populares como sujeitos colectivos sociais e políticos; a produção de uma cultura popular característica; o papel dos universos simbólicos e culturais (desde representações sociais mais genéricas até às vivências quotidianas aparentemente mais insignificantes) na construção de uma subjectiva reivindicativa muito própria no contexto português; o lugar da metodologia etnográfica e seus métodos e técnicas no decifrar dos códigos de orientação simbólica e significacional dos agentes sociais.

Neste último capítulo, a cultura assumiu, do ponto de vista sociológico, um posicionamento deveras relevante. No momento histórico – anos 30 – em que o Estado Novo reprimiu e desbaratou toda a oposição operária herdada do período da Primeira República, a cultura popular alentejana e toda a rede de sociabilidades que a sustentava surtiram efeitos de reserva axiológica, simbólica e ideológica de valores e sentimentos de solidariedade, de auto-identificação de classe e de sentimento de injustiça face à situação vulnerável em que viviam os operários agrícolas de então. Num outro contexto, dos anos 40 até à Revolução de 1974, essa plataforma predominantemente simbólica fundiu-se com várias das propostas políticas que foram chegando à região. Neste contexto, o *saber fazer* performativo da classe trabalhadora alentejana alimentava a reivindicação social e política e, do mesmo modo, esta última fortalecia os laços sociais existentes ao nível dos quadros de interacção quotidianos.

Bibliografia

- ALMEIDA, João Ferreira de (1999), *Classes sociais nos campos*, Oeiras, Celta
- BOURDIEU, Pierre (1980) – *Le sens pratique*, Paris: Minuit
- BOURDIEU, Pierre (2002), *Esboço de uma teoria da prática*, Oeiras, Celta
- BURAWOY, Michael (1982) – *Manufacturing consent*. Chicago: University of Chicago Press
- CARIA, Telmo (2002) – A construção etnográfica do conhecimento em Ciências Sociais. In CARIA, Telmo (org.) – *Experiência etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento, p.9-20
- COSTA, António Firmino da (2001) – A pesquisa de terreno em sociologia. In PINTO, José Madureira; SILVA, Augusto Santos (org.) – *Metodologia das Ciências Sociais*, 11ªed. Edições Afrontamento: Porto, p.129-148
- DENZIN, Norman (1998) – *Introduction*. In DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (org.) – *The landscape of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage, p.1-34
- GEERTZ, Clifford (1999) – *O Saber Local. Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa*. Petrópolis: Vozes
- GERVÁSIO, António (1996) – *Lutas de massas em Abril e Maio de 1962 no Sul do país*. Lisboa: Edições Avante
- GERVÁSIO, António (2004) – A luta do proletariado agrícola: de sol a sol até à Reforma Agrária. In MURTEIRA, António (org.) – *Uma Revolução na Revolução: Reforma Agrária no Sul de Portugal*. Montemor-o-Novo. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. p.181-187
- GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm (1997) – *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine de Gruyter
- JAMES, David (2004) – Contos narrados nas fronteiras: a história de Doña Maria, história oral e questões de género. In BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.) (2004) – *Culturas de classe*. Campinas: Editora da Unicamp, p.287-314
- KIRK, Neville (2004) – Cultura: costume, comercialização e classe. In BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.) (2004) – *Culturas de classe*. Campinas: Editora da Unicamp, p.49-70
- LEAL, Américo (2005) – *O Rosto da Reforma Agrária*. Lisboa: Edições Avante
- LIMA, Paulo e CORREIA, Susana (org.) (2006) – *Vida, fome e morte nos campos de Beja durante o salazarismo*. Beja: Câmara Municipal de Beja – Arquivo de História Oral
- NAVARRO, António Modesto (2002) – *Memória alentejana – resistência e Reforma Agrária em Benavila e Campo Maior*. Lisboa: Edições Avante
- PAIS, José Machado (2000) – Introdução. In PAIS, José Machado (org.) – *Traços e riscos de vida*. Porto: Âmbar, p.5-15
- PAIS, José Machado (2001) – *Ganchos, tachos e biscates*. Porto: Âmbar
- PATRIARCA, Fátima (2000) – *Os sindicatos contra Salazar: a revolta do 18 de Janeiro de 1934*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- PIÇARRA, Constantino (2004) – O movimento social dos assalariados agrícolas do distrito de Beja: do 25 de Abril às primeiras ocupações. In MURTEIRA, António (org.) – *Uma Revolução na Revolução: Reforma Agrária no Sul de Portugal*. Porto e Montemor-o-Novo: Campo das Letras e Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. p.201-214
- PINTO, José Madureira; ALMEIDA, João Ferreira de (1995) – *A investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa: Presença
- PINTO, José Madureira (1985) – *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*. Porto: Edições Afrontamento
- SEALE, Clive (2000) – *The quality of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage
- SILVA, Manuel Carlos (1998) – *Resistir e adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*, Porto: Edições Afrontamento
- THOMPSON, Edward (1991) – *The formation of the English working class*, London: Penguin
- VVAA. (1954 – Maio) – Grandes vitórias dos camponeses. In *O Camponês* nº44, ano VI, p.1
- VVAA. (1958) – Boletim dos Serviços Industriais. Lisboa: Governo da República Portuguesa

- VVAA. (1962 – Junho) – Magnífica vitória dos operários agrícolas! Mais de 250 mil trabalhadores do Sul conquistaram as oito horas!. In *O Camponês* n°94, p.1
- VVAA. (1987) – *Poetas populares do concelho de Beja*. Beja: Câmara Municipal de Beja
- VVAA. (1994) – *Cancioneiro de Serpa*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa
- VVAA. (2001) – *Memórias alentejanas: recolha de património oral*. Moura: Escola Secundária de Moura

Abstract

Is there any chance to an almost disappeared social group be analytical and empirically rescued by a sociological perspective? We tried to answer to this challenge based on an ethnographic approach to a relatively unknown object: the rural labour workers in Alentejo. Gathering qualitative data, based on content analysis of popular poems and popular songs of that region and on the testimonies of former rural workers, we build a reconstructive path of historical mobilizations in Alentejo during the dictatorship of Estado Novo (1926-1974). Our purpose was to cover the interaction between cultural sphere, attending to its ideological and symbolic devices, and the process of organization and mobilization of the supramentioned social class.

Key-words

popular culture; working class; ethnography

Résumé

Sera-t-il possible à une perspective sociologique de sauver, analytiquement et empiriquement, un objet d'étude presque disparu? Nous essayons de répondre à ce défi dans le cadre d'une approche ethnographique sur un objet d'étude relativement méconnu: les travailleurs salariés agricoles de l'Alentejo. En ajoutant des données qualitatives basées dans l'analyse de contenu de poèmes et chansons populaires de la région et dans témoins d'anciens ouvriers agricoles, on a reconstruit une trajectoire des mobilisations historiques dans l'Alentejo, pendant la dictature de l'Estado Novo (1926-1974). Notre intention centrale a passé par donner compte de l'interaction entre la sphère culturelle, en faisant attention à leurs dispositifs symboliques et idéologiques, et au processus d'organisation et de mobilisation de la dite classe sociale.